



O CUSTO

DO CONTRABANDO



Neste dia 3 de Março a sociedade civil organizada, através de entidades representativas, associações de classe e em conjunto com o poder público, instituem a presente data como um marco para a discussão transparente e responsável sobre o tema contrabando. Denominado como o “Dia Nacional de Combate ao Contrabando”, inicia-se aqui mais uma etapa de reflexões sobre a importância deste tema para o desenvolvimento sustentável, tanto para o Brasil quanto para nossos países vizinhos.

O IDESF (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras) apresenta, neste dia, um estudo intitulado “O Custo do Contrabando”. Neste trabalho inicial, já se pode desvendar algumas questões cruciais das razões pelas quais o contrabando está sendo praticado, em larga escala, por indivíduos que encontraram um nicho de mercado, uma forma de sobrevivência, um novo horizonte de lucratividade e enriquecimento. No entanto, este é muitas vezes um caminho sem volta, pois o contrabando é uma atividade criminosa, inescrupulosa, extremamente violenta, que causa efeitos nefastos tanto para a sociedade em geral quanto para o próprio país.

Tendo em conta a complexidade do assunto, somado à diversidade de atores (direto e indiretos) envolvidos na prática do contrabando, todo e qualquer estudo deve partir de uma análise multidisciplinar, pois envolve, desde aspectos puramente matemáticos, passando pela complicada e emaranhada legislação tributária brasileira, atinge aspectos penais, sociais, ecológicos e de direitos humanos.

Dito isto, reforçamos a ideia de que esta data não é comemorativa, mas sim reflexiva. Também entendemos que este não é um estudo conclusivo, mas sim inicial, provocativo e visa alertar a um problema social grave. É, portanto, um marco de arrancada para um primeiro 3 de Março, uma chamada à responsabilidade de toda a sociedade, dos poderes públicos e dos governos dos países vizinhos.

Esperamos que a cada ano possamos apresentar diagnósticos mais apurados do que estes que vemos hoje. Entretanto, para tal precisamos avançar, dar passos seguros e conscientes. As alternativas para esses graves problemas estão ao nosso alcance em três diferentes níveis:

- Reforçar a segurança nas fronteiras com inteligência, tenacidade, vontade política e administrativa para proteger o mercado interno e legalizado. As fronteiras representam a soberania nacional e o Brasil pode, e deve, estar alinhado com os países do Mercosul. Mantendo, assim, um diálogo permanente entre as polícias e os setores de inteligência em busca de soluções que possam conter o crescimento da criminalidade e a escalada da violência.
- Criar uma agenda Positiva Brasil – Paraguai, para permitir que o país vizinho possa se desenvolver sustentavelmente, sem necessitar das atuais práticas heterodoxas de “exportação” de mercadorias irregulares, de diversas formas, ao Brasil. Um Paraguai mais forte significa menos contrabando, menos falsificação, menos violência nas fronteiras.
- Reavaliação dos modelos tributários – é preciso em muitos casos repensar o sistema de arrecadação de impostos no Brasil, uma vez que para muitos produtos a alta carga tributária é o diferencial que faz do produto contrabandeado mais barato do que o legalizado – muito mais barato, em diversos segmentos. Com alguns ajustes, sem perda de receita para a União, é possível tornar os produtos legalizados mais competitivos, reduzindo pela lógica econômica a atratividade das mercadorias de procedência e qualidade duvidosa. Com preços finais competitivos, entre um produto com garantia e nota fiscal e outro do mercado informal, o consumidor sempre vai preferir o legalizado.

A partir destes pontos, o Brasil e os países envolvidos poderão tratar com a maturidade necessária este tema que assola a sociedade e que torna-se um dos grandes entraves para o desenvolvimento das regiões de fronteira.

Luciano Stremel Barros
Economista e Presidente do IDESF



O CUSTO DO CONTRABANDO

OS 10+

Instituto de
Desenvolvimento
Econômico e Social
de Fronteiras
(IDESF)

- 4 Apresentação
- 5 Objetivos
- 5 Delimitação geográfica do estudo
- 6 Metodologia do estudo
- 6 O Estudo
- 9 As 10 mercadorias mais contrabandeadas e seus impactos na economia do país
- 11 O custo do contrabando do cigarro
- 13 As principais rotas de entrada do contrabando
- 18 Conclusão do estudo
- 19 Referências
- 19 Agradecimentos
- 19 Equipe técnica IDESF

APRESENTAÇÃO

O presente estudo tem como objetivo central explorar e analisar quais são os principais impactos do contrabando para a sociedade brasileira, tendo como foco principal os 10 produtos mais contrabandeados entre o Paraguai e o Brasil. O estudo passa por uma trajetória que visa compreender os custos diretos e indiretos deste tipo de prática para o Estado Brasileiro, tendo em vista a capacidade de absorção destes produtos no mercado nacional e, consequentemente, entender o ônus causado tanto para a população quanto para os agentes e órgãos brasileiros.

Desta forma, segundo informações do Ministério Público Federal, apenas entre 5% e 10% das mercadorias de contrabando que entram no país são apreendidas (M.P.F., Foz do Iguaçu, 17/12/2014). A fronteira de Foz do Iguaçu é a mais movimentada do Brasil, cerca de 30.000 carros passam diariamente pela Ponte Internacional da Amizade. A fiscalização é feita por amostragem, devido à falta de efetivo e escassa infraestrutura. Apenas na região Oeste do Paraná (Rio Paraná e Lago de Itaipu) são mais de 1.000 km de contorno de fronteira, considerando os braços do lago de Itaipu.

Em todo o Brasil são aproximadamente 16.850 Km de fronteira, passando por 10 países e 11 estados da Federação, representando aproximadamente 27% do território brasileiro. Assim, todas estas regiões estão suscetíveis a entrada de contrabando. As fronteiras com o Paraguai são as mais movimentadas nesse sentido, pelas facilidades que os contrabandistas encontram para adquirir produtos no país vizinho. Procedentes de todos os lugares do mundo, estes produtos, originais ou falsificados, sem ater-se às normas de qualidade, segurança ou de proteção ao consumidor, na maioria das vezes em desconformidade com a legislação exigida no país, concorrem de forma desleal com a Indústria Nacional brasileira. Ainda correlacionado com a questão fronteiriça, a própria geografia natural da região termina proporcionando múltiplos pontos de acesso destes produtos contrabandeados, fazendo com que as forças de segurança disponíveis não sejam suficientes para fiscalizar todo o perímetro de fronteira.

Por conseguinte, o contrabando que entra no país e é comercializado traz consigo grandes prejuízos econômicos, com a não arrecadação de impostos e com a ameaça que representa para o crescimento

da indústria Brasileira e a geração de empregos formais. Considerando as informações do Ministério Público Federal, e tendo como base o número de apreensões efetuadas no ano de 2014, nota-se que o volume de contrabando que é comercializado no Brasil é assombroso, porém são necessários dados para poder quantificar de forma efetiva quais são as perdas que o país sofre em consequência da entrada dos produtos contrabandeados. Foi, portanto, neste sentido que se viu a necessidade de se desenvolver um projeto que desse visibilidade para a questão do contrabando e seus efeitos. Para cumprir com tal escopo, foi elaborado um trabalho conjunto de investigação, estudos e pesquisas por uma equipe multidisciplinar, que teve a duração de 7 meses.

A função principal desta equipe, primeiramente, foi o levantamento de dados referentes as 10 mercadorias mais apreendidas pela Receita Federal, justamente para se ter uma noção mais assertiva da lógica do contrabando, desde a sua origem, ou seja, no Paraguai. Assim, esta etapa foi importante para conhecer a procedência dos produtos, onde os cigarros, e alguns medicamentos falsificados são produzidos ainda no Paraguai, enquanto a maioria dos eletrônicos, informática, óculos, relógios, roupas e brinquedos, são fabricados na China e tem no Paraguai seu ponto de distribuição para o Brasil.

Em segundo lugar, e paralelamente ao estudo realizado no Paraguai, foi iniciado o levantamento das rotas de entrada do contrabando, número de apreensões e principais pontos de distribuição e comercialização no Brasil. Dessa forma pode-se considerar que foi feito um raio x do contrabando que entra no Brasil, desde sua comercialização na origem e a venda no atacado, até chegar às mãos dos consumidores, que não podem imaginar o quanto prejudicial pode ser o consumo de produtos que entram de forma ilegal em nosso país.

OBJETIVOS

Tendo em vista os objetivos gerais supramencionados, bem como a problemática apresentada em função das consequências para o desenvolvimento econômico, político e social do contrabando, o presente estudo passa por apresentar os seguintes objetivos específicos:

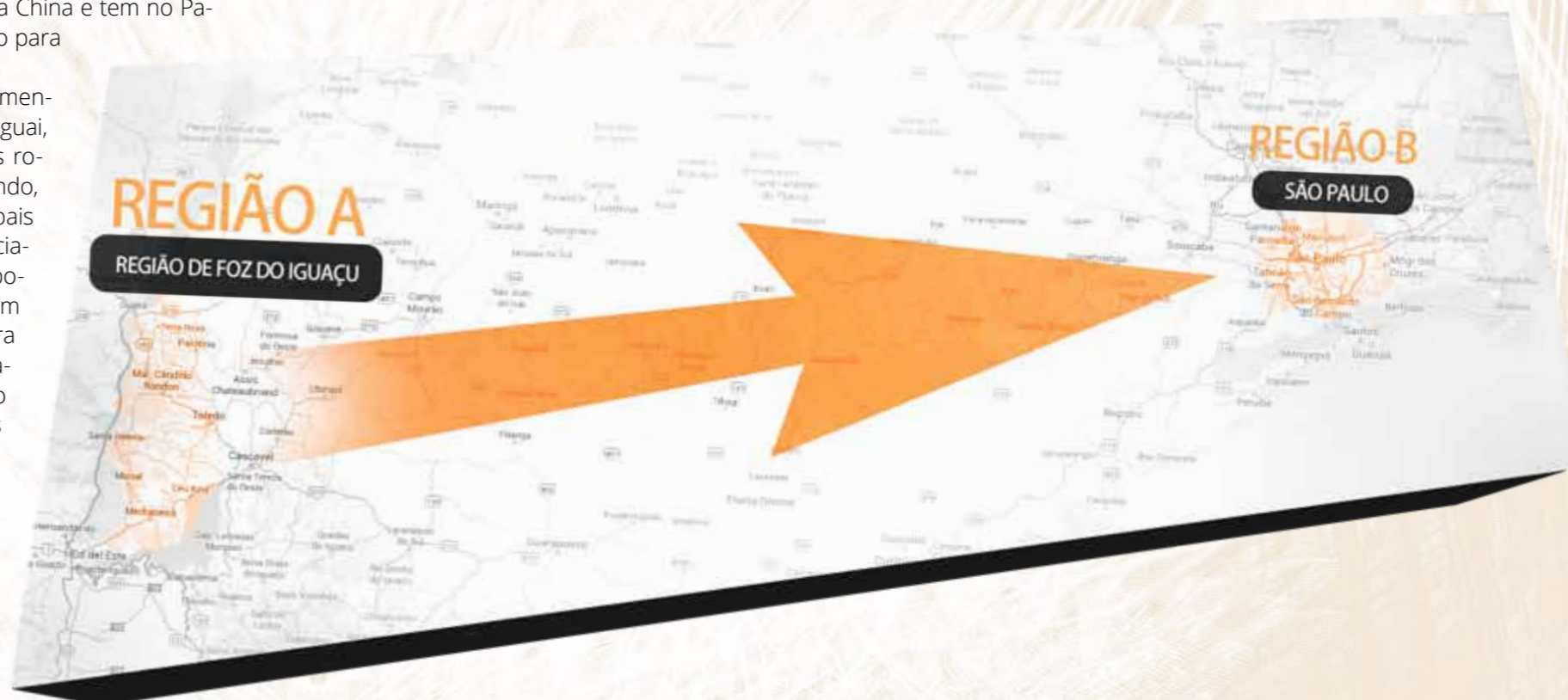
- Estimar o custo do contrabando de cada uma das 10 mercadorias mais contrabandeadas, de acordo com o levantamento dos 10 mais apreendidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- Levantar o custo do contrabando do cigarro, de forma mais detalhada, considerando o trajeto Ciudad del Este/Foz do Iguaçu/ São Paulo;
- Fazer um levantamento das principais rotas de entrada do contrabando do cigarro no Brasil.
- Alertar sobre o impacto social que o contrabando supõe.

DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DO ESTUDO

O estudo teve como alcance geográfico duas grandes regiões:

Região A: A Porta de entrada do contrabando, a fronteira do Brasil com o Paraguai entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, incluindo o Lago de Itaipu, sendo essa a região de fronteira mais importante do país e por onde passa o maior fluxo de mercadorias contrabandeadas, e também onde se realizam o maior número de apreensões de contrabando no país.

Região B: São Paulo, mais especificamente as localidades do Brás, Santa Ifigênia e no comércio da Rua 25 de Março. Regiões estas que representam um dos maiores pontos de vendas e distribuição de contrabando do país.



A Metodologia aplicada no estudo foi desenvolvida pelo IDESF para estimar, através de dados qualitativos e quantitativos todos os processos envolvidos na compra, logística e comercialização do contrabando que entra no Brasil, e os impactos econômicos e sociais gerados por ele.

O Estudo foi coordenado e aplicado pela equipe técnica do IDESF em parceria com a EGOPE – Empresa Gaúcha de Opinião Pública e Estatística.

Pesquisa quantitativa

Para chegar aos números que nos direcionaram aos valores do contrabando que entra no Brasil e é comercializado, realizamos uma pesquisa de campo que foi dividida em três etapas, com o objetivo de calcular uma média anual do preço de compra e venda de cada produto estudado. A primeira etapa (piloto) foi realizada em junho de 2014; a segunda etapa em outubro 2014; e, por fim, a terceira etapa se deu em Janeiro de 2015, finalizando assim o ciclo de 7 meses de pesquisas.

Concomitantemente, a pesquisa teve como principal objetivo identificar os preços dos 10 produtos mais contrabandeados desde o momento de sua compra no Paraguai até a hora de sua comercialização em São Paulo, destino final da delimitação geográfica do estudo. No lado paraguaio (Ciudad del Este), a pesquisa foi realizada em 180 lojas e, no lado brasileiro (Brás, Santa Ifigênia e no comércio da Rua 25 de Março), efetuou-se uma pesquisa de preços em 120 lojas.

Entrevistas (dados qualitativos e quantitativos)

Para o recolhimento de dados qualitativos foram realizadas entrevistas abertas com 15 pessoas diretamente relacionadas com o contrabando e de diferentes níveis hierárquicos. Essas entrevistas tiveram como objetivo principal entender como funciona o esquema e a logística do contrabando, desde a compra do produto no Paraguai até o momento de sua comercialização em São Paulo. As entrevistas também abriram espaço para conhecer informações quantitativas como por exemplo, o valor do salário que cada envolvido recebe de acordo com sua função, o número de pessoas que pode chegar a trabalhar com cada patrão, o número de viagens semanais por patrão e quantidade de produto transportado, entre outras informações de fundamental importância para o desenvolvimento e conclusão do trabalho.



Na região da Fronteira (Ciudad del Este/Foz do Iguaçu), seguem com uma organização de: donos dos portos clandestinos, passadores ou paseros, barqueiros, capivaras, olheiros, motoristas, batedores, donos de depósitos, agentes encarregados dos pagamentos de toda a cadeia e, por fim, o Patrão (mais alto escalão do contrabando).

O ESTUDO

O contrabando traz consigo problemas agregados, tais como a violência, a exploração do trabalho humano, ou a sonegação de impostos, entre tantos outros problemas que atingem, direta e indiretamente, toda a sociedade brasileira. Lesando o mercado nacional e acarretando prejuízos, que poderiam ser revertidos em geração de políticas públicas e benefícios para toda a população.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, que em um primeiro momento teve como foco principal a quantidade de impostos que o país deixa de arrecadar com a entrada do contraban-

do do cigarro, foram surgindo várias vertentes que não poderiam ser deixadas de lado devido à sua grande importância social. Foi constatado, por exemplo, que o contrabando é um negócio de altíssima rentabilidade, sobretudo para os grandes patrões. A massa humana que trabalha diretamente dentro do contrabando e sobrevive dele é muito grande, porém as condições de trabalho são sub-humanas e os salários quase miseráveis. Há, neste sentido, uma hierarquização organizada dentro do esquema do contrabando que foi identificada pelo presente estudo. Esta se mostra extremamente subdividida, controlada e eficaz, de acordo com cada função exercida. Assim, as atribuições específicas individuais são desmembradas em duas grandes etapas e da seguinte forma, de acordo com a posição geográfica do contrabando:



No destino da mercadoria (São Paulo), temos os grandes distribuidores (quem compra e recebe a carga). Na sequência a carga é distribuída a pequenos distribuidores, que estocam as mercadorias em pequenos depósitos, que quase sempre são residências, e iniciam o processo de distribuição para venda no varejo ou nas feiras, como a do Brás por exemplo, até chegar ao consumidor final, que dificilmente imagina todo o esquema pelo qual o produto teve que passar até chegar em suas mãos.

Foi ainda identificada ainda uma terceira função, que está diretamente relacionada com o cigarro e corresponde ao indivíduo que poderíamos chamar de especialista de mercado. Sendo esse indivíduo o encarregado por ficar atendo às tendências de mercado, aos gostos do consumidor, aos detalhes que podem jogar a favor ou contra o traficante e aos fabricantes no Paraguai. É ele quem faz com que a mercadoria que chega ao cliente seja de seu agrado. É também responsabilidade do especialista de mercado supervisionar, dar suporte e abrir novas tendências e ramificações de mercadorias contrabandeadas, até que estes produtos cheguem ao seu destino final.

Estima-se que aproximadamente 15.000¹ pessoas estejam envolvidas diretamente com o contrabando apenas na região de Foz do Iguaçu², e que a média salarial mensal que recebem é de R\$ 985,00. Este valor é simbólico, se consideradas as condições de trabalho e o risco que estes supõem. Os altos salários se concentram nas mãos de menos de 2% dessa população ilegalmente ativa.

A exploração do trabalho humano, consequência direta da prática ilegal, exercida pelos chefes do contrabando, faz com que o lucro seja ainda mais alto. Dado que os envolvidos arriscam suas vidas a preços bastante baixos e trabalham muitas horas por dia em condições desumanas. Algumas funções como a dos olheiros, dos capivaras (carregadores) e dos barqueiros, por exemplo, são compartilhadas entre vários patrões, baixando, dessa forma, ainda mais o custo dos salários pagos pelos patrões.

Foi constatado também que existe uma dependência dos moradores dos bairros afetados, com os patrões e com o esquema do contrabando. Esse fator

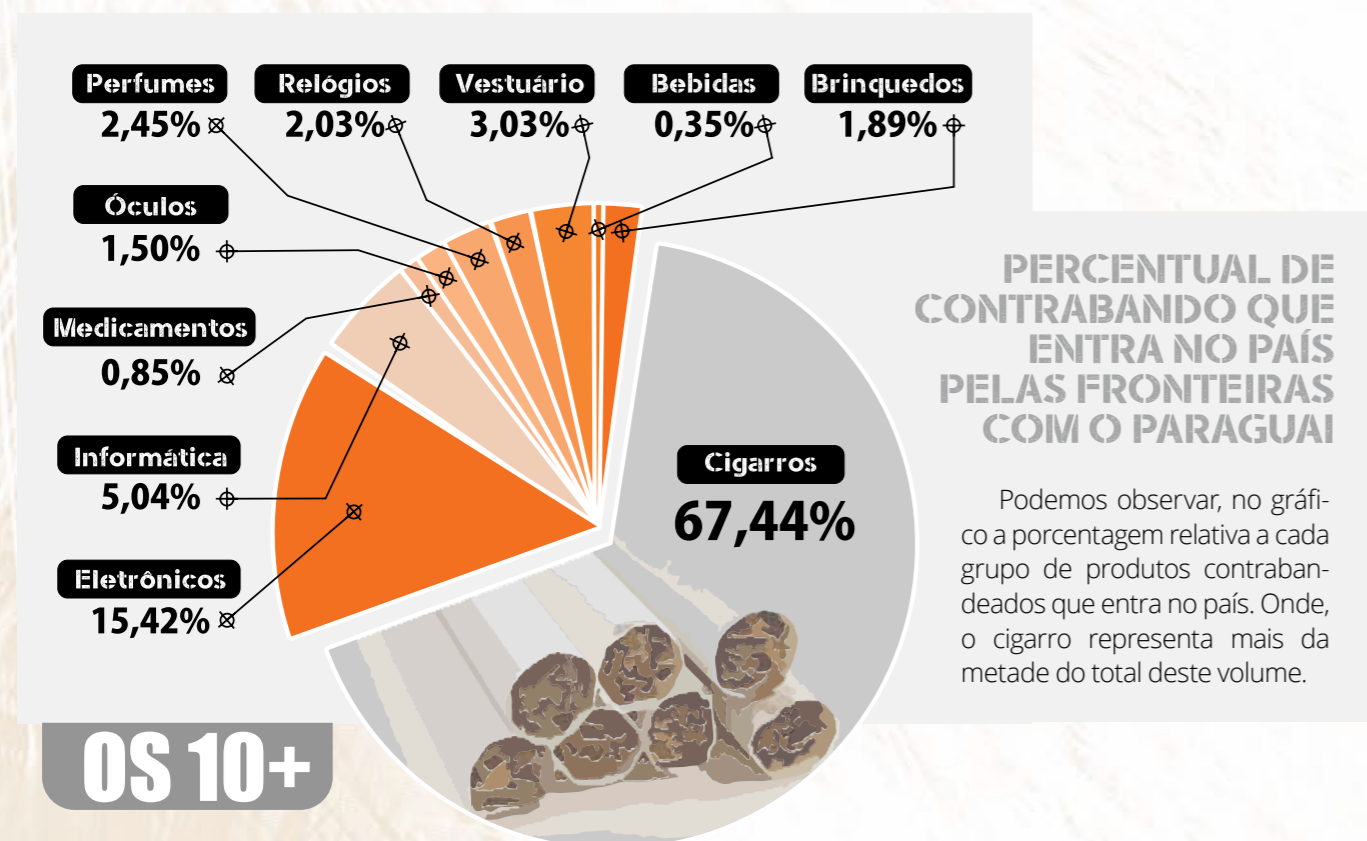
se dá porque a economia desses bairros se deriva do contrabando ou está diretamente ligada a ele, como podemos verificar no depoimento abaixo:

“...aqui todo mundo sabe como é, se tem mercadoria apreendida não sai pagamento. Até o dono da quitanda sabe, se o patrão perde mercadoria, aquela semana ele não recebe...”

(Entrevista com um Olheiro, em 10/12/2014).

Diante de tal cenário, são grandes os esforços das Forças de Segurança e da Receita Federal no combate ao contrabando. Porém a falta de efetivo, de estrutura, o alto risco e a baixa remuneração dificultam enormemente o trabalho dos agentes que, conseqüentemente, impossibilita o impedimento ou uma redução significativa da entrada de contrabando no país.

A maior parte das mercadorias apreendidas se dividem em 10 grandes grupos, sendo eles: cigarros, eletrônicos, informática, vestuário, perfumes, relógios, brinquedos, óculos, medicamentos e bebidas.



1 - Este número corresponde aos indivíduos que trabalham no esquema do contrabando, ou seja: barqueiros, laranjas, compradores, capivaras, motoristas, ajudantes de depósito, olheiros, entre outros.

2 - Entende-se por região de Foz do Iguaçu o espaço às margens do Rio Paraná, compreendido entre a Barragem de Itaipu e o Marco das Três Fronteiras, no lado brasileiro.

AS 10 MERCADORIAS MAIS CONTRABANDEADAS E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA DO PAÍS

Considerando os dados obtidos no estudo de preços comparativos e nas investigações sobre os custos de logística do contrabando dos 10 produtos mais apreendidos pela Receita Federal, foi possível construir um gráfico que define a rentabilidade de cada produto contrabandeado. Consideramos a rentabilidade mínima e máxima, bem como os custos do contrabando de cada uma dessas mercadorias.

Tipo de Mercadoria	Preço Médio Paraguai	Preço Médio São Paulo	Custo do Contrabando %	Lucro Mínimo %	Lucro Máximo %
Cigarros	R\$ 0,70	R\$ 2,40	22,24%	179,68%	231,15%
Eletrônicos	R\$ 990,36	R\$ 1.223,50	21,24%	1,90%	19,66%
Informática	R\$ 556,04	R\$ 650,63	22,24%	-4,28%	13,34%
Vestuário	R\$ 12,08	R\$ 21,50	19,24%	49,23%	72,36%
Perfumes	R\$ 94,88	R\$ 197,00	21,24%	71,26%	101,12%
Relógios	R\$ 10,80	R\$ 22,50	19,24%	74,72%	101,80%
Brinquedos	R\$ 15,34	R\$ 67,00	19,24%	266,39%	323,17%
Óculos	R\$ 40,50	R\$ 144,83	19,24%	199,90%	246,38%
Medicamentos	R\$ 19,09	R\$ 197,44	24,24%	732,51%	901,85%
Bebidas	R\$ 32,59	R\$ 61,39	20,24%	56,67%	82,46%

Fonte: IDESF/EGOPE

Para melhor entendimento da tabela acima, faremos alguns esclarecimentos, onde:

- **Preço médio Paraguai:** média geral do preço de venda no Paraguai do produto enquadrado dentro da categoria "Tipo de mercadoria";
- **Preço médio São Paulo:** média geral do preço de venda em São Paulo do produto enquadrado dentro da categoria "Tipo de mercadoria" (Sendo esse produto correspondente ao estudado no Paraguai);
- **Custo do contrabando:** todos os custos relacionados com logística, pessoal, propina, risco, armazenagem e distribuição.
- **Lucro mínimo:** Preço de compra do produto, mais todos os custos do contrabando.
- **Lucro máximo:** Preço de compra, menos o custo da logística, estipulado em 3,24% do valor total da carga.

Feitos os esclarecimentos sobre os parâmetros da tabela acima, podemos observar a grande disparidade entre o custo das mercadorias compradas no Bra-

sil e as compradas no Paraguai. É possível observar também que a lucratividade, ainda que considerando a lucratividade mínima, é muito alta.

Podemos notar que os medicamentos são os produtos de maior rentabilidade, esse fator se dá não apenas porque os preços de venda praticados no Paraguai sejam muito baixos, mas principalmente pelo valor agregado dessa mercadoria, que no Brasil, além de muito altos, têm acesso extremamente restrito, sendo possível sua compra no mercado legal, apenas com receita médica. Em contrapartida, os medicamentos contrabandeados podem ser comprados facilmente no mercado ilegal, ainda que por preços altos, sem registro sanitário e sem garantias de origem.

Outro fator, ainda relacionado ao custo do medicamento contrabandeado, que resulta no aumento de seu preço final, está no fato do mesmo estar classificado, segundo a legislação brasileira, enquanto tráfico de drogas e, conseqüentemente, abarcando as mesmas penalidades legais. Dessa forma, o contrabandista, além de inserir esse produto no mercado ilegal, também o permite cobrar altíssimos preços pela aquisição do produto, que quase sempre é falsificado.

À semelhança do que acontece com os medicamentos, os produtos de informática e eletrônicos trazem ao contrabandista baixa rentabilidade, sendo a linha divisória entre o lucro e o prejuízo muito tênue. Esse fator deu-se à partir do momento em que o governo brasileiro, por meio de políticas econômicas e tributárias, baixou o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), imposto esse que afeta diretamente o poder aquisitivo do consumidor. Com isso, os brasileiros puderam ter acesso a produtos que, até então, eram considerados de luxo e de difícil acesso, em razão de seus altos preços. Ainda, esta medida, a de reduzir os preços, expandiu o mercado dos eletrônicos e da informática no país e possibilitou, ainda, a grande massa dos brasileiros a adquirirem produtos no mercado legal, somando a outros atrativos, como a possibilidade de financiamento a juros bastante baixos e a garantia do produto. Podendo, desta forma, os produtos nacionais concorrerem diretamente com os contrabandeados.

Entretanto, ainda que haja essa paridade competitiva, os eletrônicos continuam aparecendo na lista dos 10 mais contrabandeados, essencialmente por conterem um valor agregado muito alto, sendo ainda bastante atrativo, visto que existe uma demanda reprimida da grande maioria dos brasileiros por tecnologia e informática, buscando sempre no comércio internacional os últimos lançamentos do mercado.

Entre os produtos mais contrabandeados, especificamente em 4º lugar, encontram-se os artigos de vestuário, onde a falsificação domina o mercado. Quase todo o vestuário que é contrabandeado para o Brasil procede de falsificação chinesa, incluindo os tecidos que têm como destino final as fábricas clandestinas. Durante o desenvolvimento do trabalho de campo foi identificada a existência de fábricas clandestinas de falsificação de roupas que estão se expandindo no Brasil, principalmente no estado de São Paulo. Instaladas de forma precária, sem sistemas de segurança ou de qualidade, e aproveitando-se da mão-de-obra quase escrava de imigrantes bolivianos. Estes imigrantes chegam ao Brasil com a esperança de uma vida melhor e terminam caindo nas mãos de quadrilhas e oportunistas que os submetem a trabalhar em condições de extrema precariedade, de forma ilegal, caracterizando, sem dúvida, a exploração do trabalho humano.

No que diz respeito a entrada de perfumes importados, identificamos que esta tipologia de produtos, na sua grande maioria, não caracteriza falsificação. Porém, o alto valor dos impostos aplicados sobre a entrada de produtos importados, faz com que os produtos comprados no Paraguai sejam realmente muito mais baratos, fomentando, assim, a entrada de perfu-

mes contrabandeados.

Já no que se refere aos óculos e relógios, a grande maioria contrabandeada é de falsificações ou réplicas, que são vendidos como tal, ou em alguns casos como originais. Tornam-se extremamente rentáveis para o contrabandista, posto que o preço de compra é muito baixo e o volume de vendas é muito alto. Outro indicador que influencia a atratividade desses produtos para o contrabandista é o fator risco, por ser muito baixo. Para o contrabando de mercadorias como óculos, relógios e brinquedos, o custo da corrupção é bastante mais baixo que para os produtos como cigarros e medicamento, por exemplo.

No caso dos brinquedos, tanto podem ser originais como falsificados, predominando os últimos mencionados. O volume de entrada no país é grande, no entanto, é bastante fragmentado. Verifica-se um alto índice de apreensões em pequenas quantidades e quase sempre combinadas com outros tipos de mercadoria.

Por sua vez, o contrabando de bebidas se traduz principalmente na entrada de bebidas quentes, tais como destilados, licores, vinhos e espumantes. Os preços aplicados no Paraguai, para esta tipologia de produtos, são muito mais baixos que os aplicados no Brasil. Sendo um dos motivos a assimetria tributária praticada pelos dois países, fazendo com que o contrabando dessas mercadorias seja altamente rentável. Esse tipo de contrabando é realizado por grupos especializados, com *know-how* e conhecimento de mercado, tendo uma capilaridade de distribuição em todo território nacional. Sua finalidade é atender a bares, restaurantes, estabelecimentos comerciais especializados em bebidas finas, casas noturnas, assim como o público final, destinado a festas de casamento, aniversários, formaturas e outras datas comemorativas.

Por fim, o número um da lista de mercadorias contrabandeadas é o cigarro, que se destaca por ser a mercadoria mais contrabandeada. Por ser o produto de fabricação brasileira com maior tributação, o IDESF direcionou os esforços e priorizou o detalhamento dos custos envolvidos no contrabando desta mercadoria.



O CUSTO DO CONTRABANDO DO CIGARRO

Como vimos anteriormente, o cigarro representa hoje 67,44% de todo o contrabando que entra pelas fronteiras, ou o equivalente a R\$ 6.4 bilhões, entre perdas da indústria e não tributação. Destes, R\$ 4.5 bilhões correspondem aos tributos que o governo deixa de arrecadar (IDESF, Janeiro 2015). Portanto, nos deparamos com uma imensa evasão fiscal, onde, apesar dos riscos, a lucratividade gerada por esta mercadoria faz com que sua comercialização no mercado negro seja um negócio altamente atrativo. Este processo é subdividido em várias etapas, e conta com uma infraestrutura de apoio altamente organizada, trabalhando de forma sincronizada para que o cigarro chegue nas mãos dos consumidores finais.

“...O cigarro é algo tão lucrativo quanto a droga, e com risco muito menor...”

(Entrevista com um contrabandista, realizada em 08/10/2014)

Assim, para melhor entender o processo do contrabando do cigarro e dos passivos que a ele vem agregados, separamos seus custos em quatro grupos de análise, da seguinte forma: logística, corrupção, perdas e risco.

O custo da logística

A logística, apesar de ser a parte do processo onde mais pessoas estão envolvidas, é a que menor custo suporta ao padrão, correspondendo apenas 3,24% do valor da carga³. Dentro da logística estão envolvidos os custos com pessoal (barqueiros, capivaras, olheiros, motoristas, ajudantes de depósito, passadores e batedores), aluguel de depósito, transporte (incluindo combustível, pedágios e alimentação), segurança, aluguel de portos e desgaste de automóveis.

O custo da corrupção

A corrupção é um problema de caráter econômico, porém também social, e está presente a atuante devido as condições de trabalho, insegurança, falta de infraestrutura e baixos salários, falta de vocação para a profissão, bem como desvios de caráter e conduta do ente corrupto, que terminam levando os agentes públicos a caírem nas tentações do ilícito para compensarem as deficiências do nosso sistema.

3 - Entende-se por valor da carga, o valor referente a um caminhão com aproximadamente 1000 caixas de cigarro, fazendo o trajeto Foz do Iguaçu - São Paulo, incluindo o transporte que foi necessário para cruzar o rio e chegar ao Brasil partindo de Ciudad del Este.

Dentro do esquema do contrabando, a corrupção está presente em vários níveis operacionais, seguindo uma escala espacial e dividida em vários momentos:

1º momento: próximo a barranca do Rio Paraná e as margens do Lago de Itaipu, onde o valor disponibilizado é o menor, e existe um vínculo relacional ou de cooperação mais estreito. Este vínculo é estabelecido entre o contrabandista e o ente público, sendo o valor da corrupção pré-estabelecido, e gira em torno de R\$ 100,00/dia por agente público. Nesse caso, o ente público se mantém indiferente à situação, e se estabelece uma relação de soma positiva, ou seja, todos “ganham” no trâmite.

2º momento: o ente público, após acordo com o contrabandista, faz o acompanhamento da carga até o limite de sua circunscrição, evitando, dessa forma, que a carga seja apreendida nos postos de fiscalização, é o ente público como “batedor da carga”. Para este cenário o valor gira em torno de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00 reais.

3º momento: acontece nos postos de fiscalização, caso o veículo utilizado para transportar a carga seja parado. Nesse caso pode haver ou não um acordo prévio, e o valor do repasse gira em torno de R\$ 3.000,00 a R\$ 10.000,00.

4º momento: acontece quando o ente público forja a apreensão, tendo como objetivo, proporcionar ao contrabandista a oportunidade de negociação para a liberação de carga. Neste contexto, verifica-se o mais alto valor de corrupção, que varia de R\$ 15.000,00 a R\$ 50.000,00, podendo chegar a 50% do valor da carga, normalmente paga com a própria mercadoria.

É importante ressaltar que não necessariamente e em todas as viagens exista qualquer um dos momentos de corrupção acima mencionados. Estas são as formas de corrupção mais comuns, onde o contrabandista pode sair ileso, sem passar por nenhum deles, ou pode passar por um ou mais momentos, durante a viagem. Tendo em consideração os fatores acima, calcula-se que o valor da corrupção gire em torno de 9% do valor total do contrabando que entra no país.

O custo da perda

As perdas relacionadas com o contrabando giram em torno de 10% do valor da carga e fazem referência às apreensões de mercadoria efetuadas pelas forças de segurança e Receita Federal. No período de um ano, o contrabandista pode chegar a perder 10% do volume total contrabandeado, ficando esta porcentagem estabelecida como o valor da perda, dado que todos os contrabandistas estão sujeitos a perder mercadoria em qualquer viagem e a qualquer momento da viagem.

O custo do Risco

Este custo corresponde a 9% do valor da carga e se refere as possíveis perdas que podem ocorrer depois de passado o território de fronteira, área mais suscetível à apreensão. Caso a mercadoria chegue ao destino final, o custo do risco se transforma em rentabilidade do produto.

Devemos considerar o lucro mínimo 179,68% por carga de cigarro contrabandeado. Porém, se os fatores perdas e riscos não existissem, esse percentual subiria para 198,68%. E se, ainda, inserirmos o “fator sorte” a favor do contrabandista, isto é, sem corrupção e sem passar pelos momentos descritos previamente, a rentabilidade pode chegar a aproximadamente 231,15%. Um valor que sem dúvida nenhuma transforma o contrabando do cigarro em um negócio extremamente rentável.

No sentido da rentabilidade também joga a favor do contrabandista o “cliente garantido”, que encontra no cigarro contrabandeado a grande opção de consumo, fazendo com que algumas marcas sejam tão conhecidas no mercado e tenham de fato a preferência de uma parcela extremamente relevante entre os consumidores de baixa renda. Ainda relacionado a esta fatia do mercado, outro aspecto que chama a atenção, é que o grande consumidor do cigarro contrabandeado, por uma questão de preço, é o consumidor de baixa renda. Este consumidor não possui plano de saúde privado, e inevitavelmente será paciente do sistema único de saúde, aumentando ainda mais o custo do contrabando para os cofres nacionais. Um grande argumento de atração é que o cigarro do Paraguai não precisa encarar as pressões do Ministério da Saúde.

“Desde que surgiram aquelas imagens terríveis nas embalagens, nós tivemos um molho a mais para nossas vendas. Alguém morrendo? Broxou? Deu gangrena? Está asfixiado? Ponha tudo isso no cigarro e nos devolvemos, orgulhosos e felizes, com imagens com fotos de mulheres gostosas, portenhas, brasileiras, americanas. O que vier dá lucro. Com preço e boa imagem, os produtos do Paraguai são muito mais sedutores para os novos fumantes, adultos ou não.”

(Fragmento de uma entrevista à um contrabandista na Revista Insight, março de 2011. Nº 52).



AS PRINCIPAIS ROTAS DE ENTRADA DO CONTRABANDO

O Brasil conta com duas grandes rotas de contrabando, sendo elas a BR 277 e a BR 163. Ao longo dos seus 4.197km de extensão, interligam um emaranhado de rotas secundárias, envolvendo rodovias federais, estaduais, estradas rurais, assim como vias extra oficiais. Juntas desenham um mapa de capilaridade do contrabando onde é possível observar o quanto esta atividade está impregnando as entranhas do país, influenciando pessoas que vivem nas pequenas localidades dos estados por onde as duas grandes artérias passam.

Ao longo das rotas do contrabando um exército a sua disposição vai se formando, recrutando mão-de-obra e infraestrutura de suporte para a passagem destas mercadorias. Onde, por sua vez, faz-se necessário o serviço de olheiros, batedores regionais, carregadores e depósitos, entre outros. Ampliando a logística do contrabando para dimensões continentais. É também nessas zonas secundárias onde acontecem, de forma mais concentrada, os acertos da corrupção. Veremos com maior detalhamento cada uma destas grandes rotas do contrabando.





A BR 277

A BR 277, por sua localização geográfica, é uma das principais Rodovias Federais transversais do Brasil, com 730 km de extensão, tem seu início no Porto de Paranaguá e seu término na Ponte Internacional da Amizade. Divisa do Brasil com o Paraguai na cidade de Foz do Iguaçu, passando em seu trajeto por 19 principais cidades e servindo de acesso para inúmeras outras. Interliga-se ainda com a "Ruta 7", chegando a Asunción, capital do Paraguai. Em território brasileiro, constitui-se na espinha dorsal do sistema rodoviário do Paraná, separando os estados do Sul do resto do país, onde Rodovias Federais e Estaduais a cortam ou para ela afluem. Dessa forma, a BR 277, que secciona o Brasil de forma transversal, é a mais importante via de acesso da principal zona de entrada de contrabando do país; a região Oeste do Paraná, conformada pela Ponte Internacional da Amizade, Rio Paraná e Lago de Itaipu.

A maior parte do contrabando que entra no país pela Tríplice Fronteira obrigatoriamente deve passar pela BR 277 para chegar ao resto do país. Devido à grande concentração populacional e, conseqüentemente, o tamanho do mercado consumidor, o maior destino desse contrabando é o Estado de São Paulo. Sendo distribuído, como mencionado previamente, para os grandes depósitos e pequenos comércios, ou em alguns casos chega aos estados do Sudoeste e, em menor escala, para os estados do Norte e Nordeste, onde o acesso principal se dá pela BR 163.

A BR 163

De forma semelhante, a BR 163 também constitui-se via de passagem obrigatória para grande parte do contrabando que acede o Brasil pela sua Costa Oeste, as fronteiras secas do país. Seccionando o país de forma longitudinal, do extremo Sul ao extremo Norte, em seus 3.467km, a rodovia passa por 72 localidades, dá acesso a 52 cidades e faz intercessão com outras 10 BRs, ligando a cidade de Tenente Portela no Rio Grande do Sul a Santarém no Pará. Também atravessa 6 estados, sendo eles, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Pará.

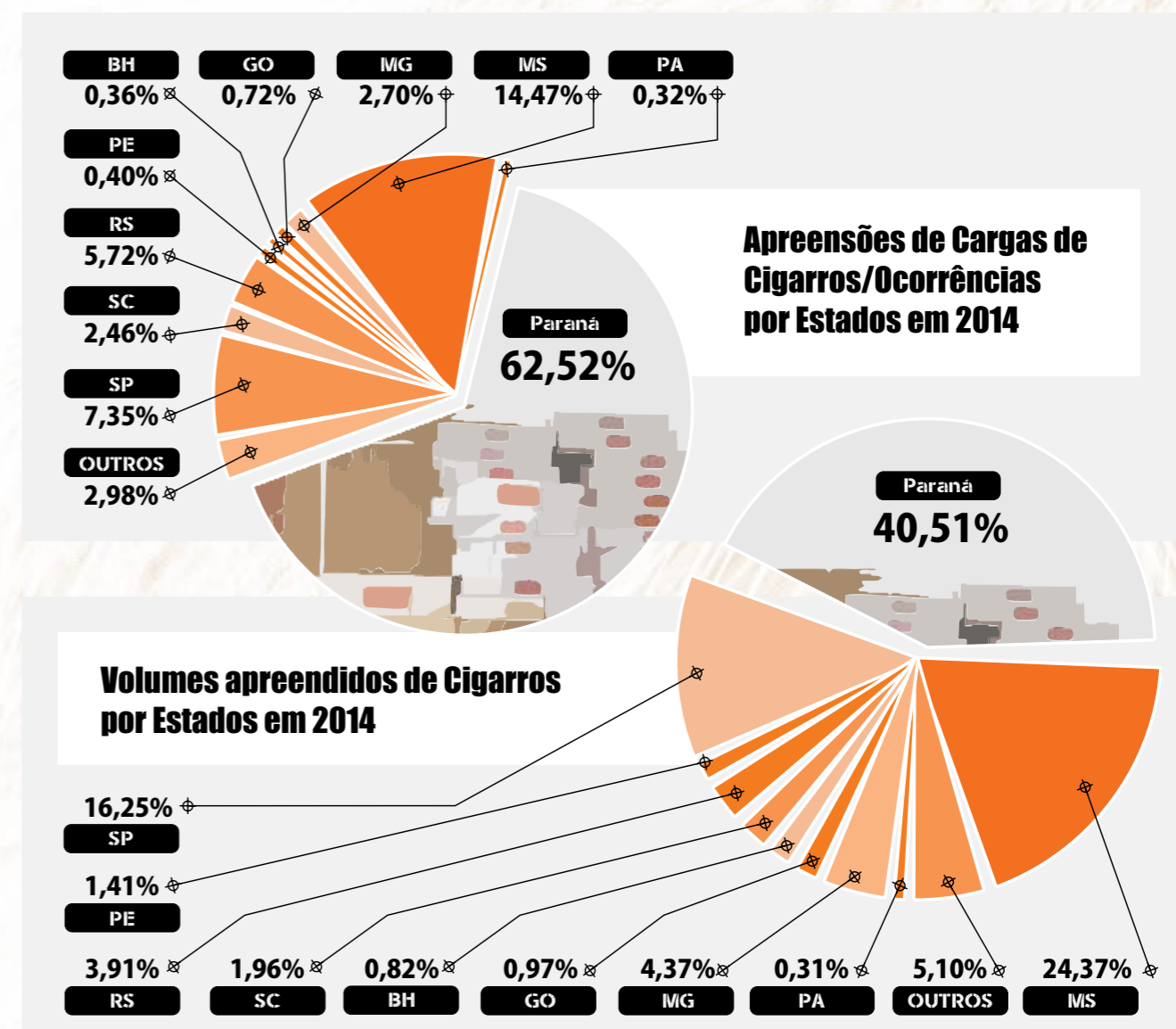
Por sua grande extensão, esta rodovia passa por muitas zonas rurais e de difícil acesso, com trechos sem policiamento, inclusive com muitas faixas não asfaltadas. Da mesma forma que todo o contrabando que entra por Foz do Iguaçu, obrigatoriamente passa pela BR 277, todo o contrabando que entra pelas fronteiras secas do país, em algum ponto cruza a BR 163.



As particularidades de cada fronteira fazem com que o contrabando, em cada uma delas, desenvolva, de maneira análoga, suas próprias características, consoante sua localização (ponto de entrada). Por exemplo, as fronteiras secas, por seu pouco policiamento, grandes extensões trafegáveis e diversidade de possíveis rotas secundárias, propiciam a entrada do cigarro em grandes carregamentos. Diferindo um pouco das fronteiras fluviais, estas rotas terrestres operam grandes volumes, pois a logística implica em carregamentos de caminhões inteiros, abarrotados de produtos contrabandeados, que seguem viagem até o destino final ou para depósitos nas capitais brasileiras.

De acordo com as apreensões de veículos com cigarro no ano de 2014 por Estados, podemos observar a grande importância do trabalho das Polícias Rodoviárias Estaduais e Federal, principalmente nessas duas rodovias que servem de corredor principal para o escoamento e distribuição do contrabando para todo o Brasil.

Outro fator de grande importância no combate ao contrabando são as rodovias com pedágio, que trazem consigo um maior policiamento, fiscalização e inteligência policial. Sem dúvidas que facilitam o trabalho dos órgãos de segurança, que encontram na falta de acessibilidade e nas distâncias continentais de nosso país, um grande obstáculo para a execução de seu trabalho.



5 - Entre o Brasil e o Paraguai existe uma estrada denominada popularmente de "Linha Internacional", circundando quase toda a fronteira seca entre os dois países, sendo uma rodovia não asfaltada, de fácil acesso e não está prevista oficialmente (descrita nos mapas). Não possuindo, no lado brasileiro, qualquer tipo de presença do Estado, e sendo, no Paraguai, resguardada em alguns pontos pelo Exército daquele país.

É notória a afronta dos contrabandistas à sociedade e ao Estado Brasileiro. A violência está intrínseca no contrabando a ponto de vitimar, além de famílias, agentes públicos. Qualquer obstáculo que impeça o êxito da ação do contrabandista, resulta em uma reação catastrófica para a sociedade, como podemos observar nos casos abaixo, onde os contrabandistas atearam fogo em carros de policiais no Posto da PRF de Mundo Novo/MS, após os mesmos saírem para apreender três carretas carregadas de cigarros contrabandeados.



CONCLUSÃO DO ESTUDO

Ao longo do presente trabalho tentamos identificar quais são as principais consequências do contrabando para a sociedade brasileira, que hoje representa perdas imensuráveis para o país, pois de forma direta ou indireta, atingem todos os setores da economia e outras esferas de governo. Transformou-se, assim, em um dos principais inimigos da sociedade, posto que é um processo generalizado de perdas. Processo este, extremamente nocivo, que corrompe, vicia e degrada a sociedade. Faz aumentar o desemprego e lesa a indústria (com o fechamento das unidades fabris e o enfraquecimento da capacidade de investimento dos empresários e do país), gerando um mercado obscuro de empregos informais, que fere os direitos humanos e onera o Estado.

O contrabando ainda, destrói famílias, aumenta, financia e perpetua a violência, obriga as pessoas a trabalharem em condições desumanas, bloqueia o crescimento individual do ser humano e ao contrário do que parece, cria falsas ilusões do dinheiro fácil, gerando um estado de dependência entre os grandes contrabandistas e os indivíduos que participam diretamente no processo. Em consequência, o contrabando gera um círculo vicioso na sociedade, que degrada o sistema, extinguindo inclusive a capacidade de aplicação de Políticas Públicas, as quais tem como objetivos assegurar o bem estar social e os direitos dos cidadãos.

A sociedade no Brasil tornou-se refém do contrabando, vítima de um inimigo quase invisível, que atua silenciosamente ramificando-se por todos os setores e deixando impactos devastadores. Por um lado é cada

vez mais preocupante a sua atuação organizada, favorecendo visivelmente o aumento da entrada de mercadorias. Por outro lado, notamos claramente o crescente número de rotas de contrabando, bem como o número de pessoas envolvidas no esquema. Este cenário forja uma sociedade submersa na ilegalidade, na informalidade, na criminalidade e na corrupção. Ainda, alusivamente a construção desta realidade inerente a sociedade brasileira, podemos notar a questão da tradição arraigada a comercialização do contrabando, passando de geração à geração, heranças que refletem e desestimulam a participação e inserção dos jovens em trabalhos lícitos e formais que, por sua vez, representaria um melhor desenvolvimento social, econômico e político.

Em suma, não existe nenhum aspecto do contrabando que possa ser considerado positivo, e o maior custo dos prejuízos gerados por ele, quem paga é a sociedade brasileira.

Porventura, uma das possíveis alternativas/reflexões no que se refere a comercialização das mercadorias contrabandeadas apresentados pelo presente estudo, estaria na reformulação do entendimento do Estado federal, estaduais e municipais, referente aos tributos aplicados à estas em território brasileiro. Portanto, uma reforma tributária seria de suma importância enquanto ferramenta de combate à comercialização de mercadorias ilegais no Brasil. Ao longo da realização desse trabalho e analisando os custos da fabricação das mercadorias brasileiras, nos deparamos com altíssimos valores relacionados ao pagamento de tributos.

É de conhecimento que sem a tributação seria impossível a construção de escolas, hospitais, sistemas de segurança ou de transporte. Porém, a renegociação dos tributos, com o objetivo de equiparar os valores dos produtos nacionais com os importados/contrabandeados, talvez seja uma medida necessária para fortalecer a indústria brasileira, e dar-lhe condições equânimes para concorrer com os outros produtos, reduzindo o valor dos tributos, porém aumentando a arrecadação através

do crescimento do mercado interno.

Por fim, é chegado momento de construir um diálogo diplomático mais incisivo entre Brasil e Paraguai, fortalecendo as bases dos acordos do Mercado Comum do Sul (Mercosul), com o intuito de proteger a indústria formal, qualificar a indústria paraguaia, aplicando sistemas de controle de qualidade e legalizando suas exportações com as mesmas garantias e normas de qualidade que são aplicadas em outros países.

REFERÊNCIAS

- 1 - Dados de apreensões da tríplice fronteira. Ministério Público Federal, 2014.
- 2 - Revista Insight-Inteligência, Nº 52, março de 2011.
- 3 - Relatório de apreensões de veículos roubados da Equipe de Repressão Aduaneira - ERA da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu/PR. Janeiro de 2015.
- 4 - Apreensões realizadas na Região de Fronteira Foram de US\$ 125,2 milhões no ano de 2014. Delegacia da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu. Press Release 001/2015
- 5 - Estudo das Fronteiras do Brasil - Cidades gêmeas. IDESF, outubro de 2014.
- 6 - Relatório anual da movimentação do contrabando de cigarros no Brasil. IDESF, 2014.

EQUIPE TÉCNICA IDESF

Coordenação Geral: Luciano Stremel Barros

Coordenação técnica: EGOPE / IDESF

Supervisão: Vanessa Pinto Miranda

Texto: Luciano Stremel Barros, Valéria Mariotti

Entrevistas:

Vanessa Pinto Miranda

Valéria Mariotti

Pesquisas:

EGOPE

Adriana Motta

Cristiane Palomo

Djéssica Regina Martins

Júlio Friedrich

Leticia Cunha Mees

Mirian Lee

Pedro Miguel Longo

Renato Mendonça

Vanessa Pinto Miranda

Valéria Mariotti

Fotos: IDESF, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal, Polícia Federal, Marcos Labanca, Luciano Stremel Barros, Vanessa Pinto Miranda e Cristian Rizzi

Estatísticas:

Adriano Dirceu Strassburger

Iwan Tarcísio Chrun

EGOPE

Revisão: Fernando Ludwig

Diagramação: Flávio Chrun

Empresas Colaboradoras:

ULA - Tecnologia da Informação

EGOPE - Empresa Gaúcha de Opinião Pública e Estatística

UQMarca- Agência de Publicidade



realização



IDESF
Instituto de Desenvolvimento
Econômico e Social de Fronteiras

parceria



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AUTOMAÇÃO

Acesse o site www.idesf.org.br e conheça mais sobre o Instituto e sobre seus estudos

apoio

